



RELATÓRIO E CONTAS 2016

PT PAY, S.A.

Relatório e Contas 2016

Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	
Introdução	2
Informações Legais	3
Enquadramento Económico	3
Atividade da Empresa	7
Análise Económica e Financeira	7
Perspetivas Futuras	9
Proposta de Aplicação de Resultados	10
Factos relevantes ocorridos após a data de balanço	10
Gestão de Riscos Financeiros	11
Demonstrações Financeiras	12
Relatório e Parecer do Fiscal Único	36
Certificação Legal de Contas	37

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente:	João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva
Vogal:	Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco
Vogal:	Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

Fiscal Único

Efetivo:	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.
Suplente:	Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira

Senhores acionistas,

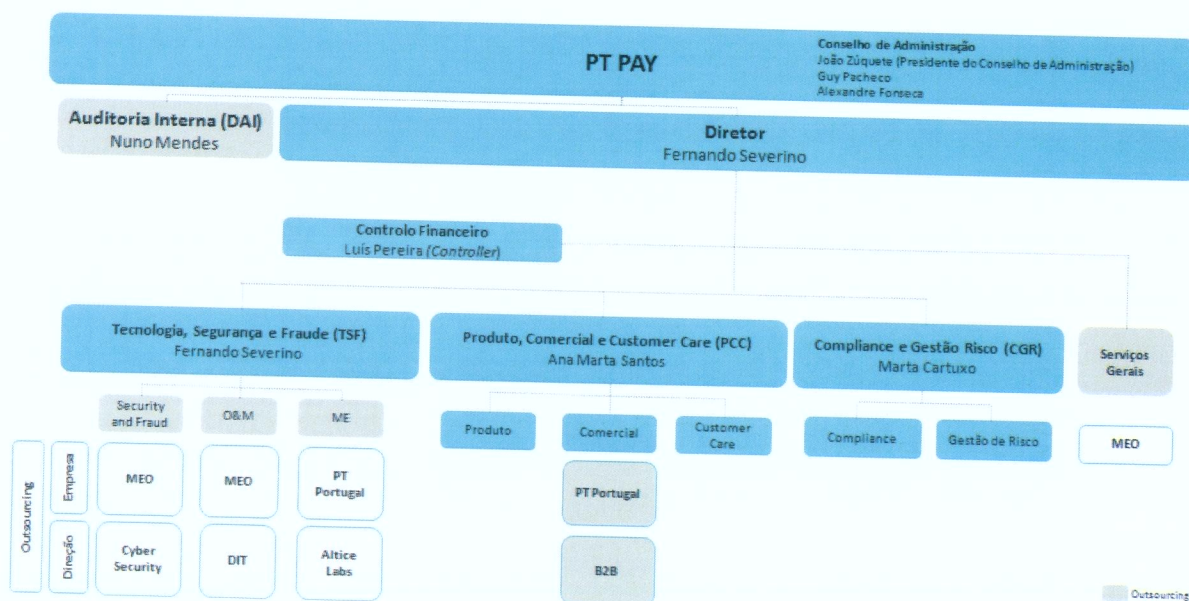
O Conselho de Administração da PT PAY, S.A., nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da PT PAY, S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2016.

Introdução

A PT PAY, S. A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um "projeto – piloto". A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de Abril de 2014 após aprovação por parte do Banco de Portugal.

A PT PAY tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da PT PAY, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de serviços, podendo nomeadamente utilizar o dispositivo móvel, a TV, ou *sites de e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. Na vertente de comerciantes, o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, é composto por uma plataforma de aceitação de pagamentos e fidelização. A PT PAY neste contexto é considerada como *payment facilitator* ou *payment service provider*, disponibilizando, com um único contrato, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

Atualmente a estrutura funcional da Empresa pode ser representada da seguinte forma:



Informações Legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;
- A Empresa não dispõe de ações próprias e durante o exercício de 2016, não existiram quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias, para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização para esse fim durante o exercício de 2016, conforme disposições previstas na alínea e) do artigo 66.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Enquadramento Económico

Enquadramento Internacional

De acordo com a OCDE, a economia global cresceu 2,9% em 2016, um desempenho abaixo das expectativas iniciais (uma tendência que se repete há seis anos consecutivos) e do ritmo de crescimento no ano anterior, condicionado sobretudo pelo abrandamento nas economias desenvolvidas. Este crescimento modesto, inclusivamente o mais fraco desde 2009, o ano da grande recessão global, reflete níveis reduzidos de investimento e comércio internacional, num contexto de baixo crescimento da produtividade, níveis elevados de dívida pública e privada e tendências demográficas adversas.

A economia dos EUA terá sido a principal responsável pelo menor crescimento global face ao esperado. O PIB registou um crescimento real de 1,5%, segundo a OCDE. No primeiro semestre de 2016, o crescimento foi bastante fraco, reflexo do corte no investimento do sector energético em consequência da queda abrupta do preço do petróleo. Em termos trimestrais, o PIB cresceu a um ritmo anualizado de 0,8% e 1,4% no 1º e 2º trimestre, respetivamente, tendo acelerado para 3,5% no 3º trimestre. O consumo privado permaneceu o principal motor de crescimento, suportado pelos menores custos da energia e pela robustez do mercado de trabalho e do imobiliário, num contexto de procura externa praticamente neutral, onde a valorização do dólar pesou nas exportações. Estes fatores adiaram progressivamente a decisão da Reserve Federal em prosseguir a normalização das taxas de juro, ainda que a se inflação tenha lentamente aproximado do objetivo do seu mandato. Em oposição às quatro subidas que a Reserva Federal Americana ("Fed") defendia como orientação para os investidores no início do ano, Janet Yellen acabaria por subir a taxa de juro apenas numa ocasião, em dezembro.

Na Europa, o ritmo da recuperação permaneceu moderado, associado a níveis de endividamento e crédito malparado persistentemente elevados. De acordo com as previsões de Inverno da Comissão Europeia, a Zona Euro cresceu 1,7% em 2016, tendo desacelerado do

crescimento de 2,0% registado no ano anterior. No seu conjunto, a UE cresceu 1,6%, o que compara com 2,2% em 2015.

Este desempenho modesto reflete várias heranças da grande crise financeira, como o elevado endividamento público e privado e a correção do crédito malparado no sector bancário, assim como a incerteza política, sobretudo a decorrente do referendo para a saída do Reino Unido da UE. Contudo, outros fatores positivos compensaram essas perturbações: as condições bastante favoráveis de financiamento, o efeito da depreciação acumulada do euro, a política fiscal neutral ou mesmo expansionista ou a redução dos custos com a energia. O consumo privado foi o principal contribuidor, em linha com a redução gradual do desemprego ao longo do ano para valores mínimos desde 2009, enquanto o investimento privado desacelerou ligeiramente face a 2015 mas manteve o contributo positivo. A procura externa, por fim, terá apresentado um contributo marginalmente negativo, num cenário de redução do comércio internacional e de menor crescimento global.

Na Zona Euro, o padrão de crescimento continua a ser desigual entre as várias economias. Segundo as estimativas da Comissão Europeia, enquanto a Alemanha manteve um crescimento acima da média da região (1,9%), a procura interna sustentou um crescimento moderado em França (+1,3%) que permitiu à segunda maior economia da UEM manter o ritmo do ano anterior. Na periferia, vários países beneficiaram da implementação de reformas estruturais e obtiveram uma recuperação assinalável, casos da Irlanda (+4,1%) e Espanha (+3,2%). No entanto, a Itália cresceu apenas 0,7%, condicionada pelas questões sobre a solvabilidade dos bancos italianos e pela menor competitividade do sector industrial. Na Grécia, apesar de a economia registar uma pequena retração no ano (-0,3%), penalizada pela procura externa, assistiu-se a uma recuperação gradual dos níveis de confiança após a conclusão da primeira revisão do programa de financiamento do mecanismo Europeu de Estabilidade, o qual suportou a reanimação do investimento.

Após atingir um mínimo de -0,2% no primeiro trimestre, a inflação na Zona Euro subiu gradualmente ao longo de 2016 para 1,1%, a acompanhar a forte queda dos preços da energia até janeiro e subsequente recuperação. Retirando as componentes mais voláteis do cabaz de consumo, a alimentação e a energia, a inflação ficou nos 0,9%, valor exatamente idêntico ao final de 2015 e ainda muito aquém do objetivo do BCE (aproximadamente 2%). A persistente ausência de inflação obrigou o BCE a cortar novamente a taxa de depósito para valores ainda mais negativos (-0,40%) e a acelerar, a partir de Abril, o programa de compra de ativos para o montante mensal de 80 mil milhões de euros, alargando o universo de investimento a obrigações de emitentes não-financeiros de boa qualidade creditícia.

De acordo com o FMI, o crescimento das economias emergentes acelerou ligeiramente em 2016 (4,2%) face a 2015 (4,0%), a beneficiar do abrandamento gradual do período recessivo no Brasil e na Rússia e pela reversão da forte queda generalizada das *commodities*.

Mais uma vez, a desaceleração na China decorreu dentro das expectativas, inserindo-se no processo de rebalanceamento da economia, no sentido de maior peso do consumo privado e do sector terciário, em detrimento do investimento e da indústria. O crescimento do PIB abrandou para 6,6% em 2016, face a 6,9% em 2015, ultrapassando o objetivo oficial das autoridades de 6,5%. No entanto, o ano iniciou-se com alguma turbulência, com vários indicadores económicos a sugerirem uma travagem mais abrupta. Não obstante, os estímulos introduzidos permitiram a estabilização do crescimento para a trajetória pretendida através do investimento público e das exportações. Apesar da estabilização do crescimento, algumas vulnerabilidades financeiras subsistem, tal como a dependência do investimento público, a expansão do crédito acima do PIB nominal ou o crescente endividamento privado.

Enquadramento Nacional

A economia portuguesa em 2016 manteve a tendência de recuperação gradual, embora não tenha evitado um abrandamento face ao ano anterior. De acordo com as estimativas expressas nas conclusões da missão de acompanhamento do FMI em dezembro, o PIB cresceu 1,3% em termos reais, após ter registado um crescimento de 1,6% em 2015. O padrão de crescimento não foi homogéneo ao longo do ano: enquanto no 1º semestre a economia seguiu a tendência de abrandamento já visível no final de 2015, devido sobretudo a um menor investimento, a segunda metade do ano terá sido marcada pela recuperação dos vários índices de confiança que fortaleceram a procura interna e por um contributo mais positivo da procura externa. Desta forma, o PIB cresceu, em cadeia, 0,2% e 0,3% nos dois primeiros trimestres, enquanto no 3º trimestre o crescimento acelerou para 0,8%. Esta dinâmica foi insuficiente para prosseguir com o processo de convergência, dado o crescimento anual esperado de 1,7% para a Zona Euro.

A evolução do PIB teve subjacente um comportamento do consumo privado como a variável mais dinâmica da despesa, apesar de ter desacelerado para 2,0%, face a 2,6% no ano anterior. O consumo de bens duradouros disparou no 1º trimestre, em antecipação ao aumento de impostos indiretos com a entrada em vigor do Orçamento de Estado em abril. A natural correção deste pico foi compensada por uma aceleração no consumo de bens não duradouros e serviços na segunda metade do ano, em linha com a subida dos índices de confiança do consumidor para máximos desde agosto de 2000. Esta evolução está intimamente ligada ao incremento do rendimento disponível das famílias, suportado pela melhoria do mercado laboral. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego desceu para 10,5% até novembro, o que compara com 12,2% no final de 2015 e 17,4% no pico atingido no 1º trimestre de 2013. O abrandamento do consumo privado deve ser visto à luz do processo de desalavancagem das famílias portuguesas e que se traduz na redução gradual do endividamento e numa baixa taxa de poupança (4,0% no final do 3º trimestre).

No que respeita as exportações, registou-se em 2016 uma desaceleração do crescimento para 3,5%, face a 6,1% no ano anterior (estimativa do FMI). Esta rubrica foi penalizada pelo menor volume de comércio com países fora da Zona Euro, nomeadamente EUA, Angola, Brasil, China

e Argélia, o que reflete o contexto recessivo em Angola e no Brasil por um lado, e a paragem no início do ano de uma refinaria que impactou as exportações de combustíveis. De acordo com dados do Banco de Portugal a Outubro de 2016, as exportações de bens retraíram-se 0,7% em termos homólogos, e, excluindo os combustíveis, registou-se um crescimento de 1,0%. O dinamismo das exportações é justificado pela robustez da exportação de serviços, destacando-se mais uma vez o forte crescimento da sua principal componente, as exportações de viagens e turismo (representam já 17,3% do total das exportações de bens e serviços), que cresceram 10,3%.

As importações, por seu turno, desaceleraram de 8,1% em 2015 para 3,1% em 2016. Este abrandamento é consentâneo com a travagem do investimento com maior conteúdo importado, nomeadamente em bens intermédios, e compensado com a aceleração das importações de bens de consumo. Assim, a procura externa no cômputo do ano deverá ter um contributo marginalmente positivo para o crescimento do PIB de 0,1%.

Enquadramento Setorial

No que diz respeito ao comércio *online*, Portugal terá atingido os 3,5 mil milhões de euros em 2015, tendo crescido 15,7%, acima da média europeia (13,3%), de acordo com o relatório de *eCommerce Europeu B2C 2016*, divulgado pela ACEPI em parceria com a *eCommerce Europe*. No mesmo estudo, era previsto que em 2016, as vendas *on-line* ultrapassassem os 510 mil milhões de euros em toda a Europa, sendo que para 2017 e 2018 esse valor ascendessem a 598 e 660 mil milhões, respetivamente.

A evolução no mercado do *eCommerce* tem sido potenciada (1) pelo acesso mais fácil a novidades tecnológicas e a equipamentos que suportam estas soluções, como por exemplo *smartphones*, dado que mais de 90% da população com telemóvel tem serviço ativo de dados (segundo informação da ANACOM, do terceiro trimestre de 2016), (2) pelo investimento dos comerciantes em soluções que lhes permitem aumentar a sua rede de negócio e a sua proximidade com os clientes, e (3) pelo investimento efetuado ao nível da segurança de pagamentos eletrónicos nas soluções existentes no mercado, dando confiança aquando da utilização pelo consumidor.

Existe ainda maior potencial de crescimento no mercado português, uma vez que, quando comparado com as médias da EU, existe ainda um desvio a alinhar relativamente a este mercado: entre os 8,7 milhões de portugueses com idade superior a 15 anos, 70% são utilizadores da internet, face a 75% da média europeia. Deste universo, 35% são compradores *online* enquanto a média europeia atinge 43%.

Atividade da Empresa

Evolução do negócio, principais eventos e desempenho do ano

A empresa realizou com sucesso diversas iniciativas de dinamização comercial que permitiram reduzir de forma significativa os seus prejuízos em 1.543.095 euros, de um prejuízo de 3.051.585 euros em 2015 para um prejuízo de 1.508.490 euros em 2016. Esta melhoria resultou, por um lado, (1) do incremento de 102% nos rendimentos de serviços e comissões (1.158.310 euros em 2016 face a 573.785 euros em 2015), fruto de alterações no modelo de *pricing* e da estratégia comercial do negócio, o que potenciou um aumento do produto bancário de 44.396 euros em 2015 para 161.361 euros, mas sobretudo (2) pela redução de 80% nos gastos gerais administrativos, de 1.142.733 euros em 2015 para 225.925 euros em 2016, fruto da renegociação de contratos com fornecedores externos e com entidades do Grupo PT. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela incorporação de gastos com o pessoal relativos à estrutura funcional da Empresa que até ao início do quarto trimestre de 2015 eram suportados integralmente por empresas do Grupo PT, o que se traduziu num aumento dos gastos com pessoal de 95.121 euros em 2015 para 336.985 euros em 2016.

Em 2016, a Empresa firmou novos contratos, efetuou uma revisão do seu tarifário a 27 de julho e foi vencedora dos seguintes concursos públicos:

- junho de 2016: Contrato Público com a entidade adjudicante Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes relativo à prestação de Serviços de Gestão de Cobranças.
- novembro de 2016: Contrato Público para início em janeiro de 2017 por um período de 29 meses com a entidade adjudicante Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., relativo à prestação de serviço na condição de banco de apoio associado ao pagamento das citações de dívida das Secções de Processo do IGFSS, através do Multibanco Serviço Normal – Sistema de Execuções Fiscais (SEF).
- dezembro de 2016: Contrato Público com a entidade adjudicante Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Alcobaça relativo à prestação de Serviços de Gestão centralizada das Cobranças.

Análise Económica e Financeira

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas de acordo com os princípios consagrados nas Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1 / 2005, de 21 de fevereiro do Banco de Portugal.

A PT Pay está a beneficiar do regime transitório (um ano) a iniciar em janeiro de 2017, relativo à obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas

internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme preconizado no art.º 3 do aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

RESULTADOS

O **resultado líquido** da PT PAY nos exercícios de 2016 e 2015 foi negativo em 1.508.490 euros e 3.051.585 euros, respetivamente, refletindo essencialmente gastos com amortizações do exercício (1.115.690 euros e 1.113.540 euros, respetivamente), custos com pessoal (336.986 euros e 95.121 euros, respetivamente), gastos gerais e administrativos (225.925 euros e 1.142.733 euros, respetivamente) e imparidades e provisões (8.749 euros e 744.587 euros, respetivamente), os quais no seu conjunto foram superiores ao produto bancário gerado nesses exercícios (161.361 euros e 44.396, respetivamente), composto essencialmente por rendimentos e encargos com serviços e comissões.

Os gastos com **amortizações** mantiveram-se relativamente estáveis em 2016, refletindo essencialmente a amortização dos investimentos em ativos intangíveis efetuados maioritariamente em 2013 e 2014 antes do arranque da atividade comercial da Empresa, nomeadamente no sistema de tratamento automático.

Em relação à rubrica de **gastos com pessoal**, o aumento ocorrido em 2016 está essencialmente relacionado com a integração das remunerações da equipa funcional da Empresa a partir do quarto trimestre de 2015, as quais eram anteriormente suportadas por outras empresas do Grupo PT, em linha com a alteração da estratégia funcional e orgânica da Empresa. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de colaboradores era de 10.

A redução dos **gastos gerais e administrativos** reflete essencialmente a renegociação de contratos com fornecedores externos e com entidades do Grupo PT levada a cabo durante o ano 2016.

As **imparidades e provisões** registadas em 2015 refletem essencialmente uma perda por imparidade de 728.045 Euros relacionada com adiantamentos efetuados em anos anteriores para a aquisição de equipamentos que se revelaram não serem recuperáveis.

Em conclusão, os prejuízos apurados pela PT Pay em ambos os exercícios estão penalizados pelos elevados gastos com a amortização dos investimentos significativos efetuados em anos anteriores para efeitos do arranque da operação (aproximadamente 1,1 milhões de euros em 2016 e 2015). Em relação à redução dos prejuízos que se verificou em 2016 (1,5 milhões de euros), a mesma fica a dever-se essencialmente às elevadas perdas por imparidade registadas em 2015 (0,7 milhões de euros) e à redução significativa nos gastos gerais e administrativos (0,9 milhões de euros), pelos motivos atrás referidos.



BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total do **ativo** ascendia a 5.266.274 euros e 5.236.431 euros, respetivamente, respeitando essencialmente a (1) aplicações em instituições de crédito (600.000 euros em 31 de dezembro de 2016), (2) disponibilidades de clientes numa conta bancária da PT Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (1.913.450 euros e 1.467.725 euros, respetivamente), (3) ativos intangíveis (1.200.246 euros e 1.680.398 euros, respetivamente), (4) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar (145.317 euros e 1.492.546 euros, respetivamente) e (5) devedores diversos. A redução nos ativos intangíveis é explicada pelo excesso das amortizações face ao investimento efetuado em 2016, enquanto a redução no IVA a recuperar reflete um reembolso pedido pela Empresa e recebido em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total do **passivo** ascendia a 3.120.923 euros e 3.082.591 euros, respetivamente, incluindo essencialmente (1) dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços, os quais estão relacionados essencialmente com empresas do Grupo, e (2) montantes depositados pelos clientes numa conta bancária da PT Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa, nomeadamente em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes, os quais representam portanto uma responsabilidade da Empresa.

Em 29 de dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal relativamente a rácios mínimos dos fundos próprios e a melhorar posição financeira da Empresa, o acionista PT Portugal, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 3.500.000 euros, tendo naquela data aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício de 2016 de até ao montante de 3.000.000 euros. Durante o exercício de 2016, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante total de apenas 1.500.000 euros (face ao montante máximo aprovado de 3.000.000 euros para o exercício de 2016). Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2016, foi aprovado pelo acionista a postecipação até 31 de dezembro de 2018 da possibilidade realização de prestações acessórias de capital sobre o montante não utilizado de 1.500.000 Euros, se tal se revelar necessário.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o **capital próprio** ascendia a 2.145.351 euros e 2.153.840 euros, respetivamente, representando aproximadamente 41% do total do ativo em ambas as datas. A variação no capital próprio foi penalizada pelo prejuízo apurado em 2016, no montante de 1.508.490 euros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelas prestações acessórias realizadas pela PT Portugal em 2016, no valor de 1.500.000 euros.

Perspetivas Futuras

A PT PAY tem como perspetiva futura o desenvolvimento de novos produtos para além da continuação de maior enfoque comercial que permita de forma sustentada, estruturada e crescente construir soluções de pagamento para clientes empresariais e clientes finais, posicionando a Empresa como uma referência no mercado *online* e desenvolvendo também o seu portefólio e ajustando algumas das suas condicionantes para poder ser também um *player* com uma importância crescente nos pagamentos presenciais/físicos. Para o fazer, a Empresa tem vindo a desenvolver uma estratégia comercial e de produto, alinhada com o acionista, através de venda direta, mas também com venda indireta, consolidando a sua presença no mercado através de um conjunto de parcerias estratégicas/comerciais que irão continuar a potenciar o crescimento da empresa.

O ano 2016 foi importante para a consolidação e afirmação da Empresa, continuação do processo de redução substancial da despesa corrente e aposta numa filosofia técnica comercial com maior racionalidade económica e próxima do mercado e dos clientes.

O crescimento dos rendimentos provenientes de comissões e serviços que se registou no ano 2016 é um indicador claro do potencial e dos ativos que uma Empresa como a PT Pay, no ecossistema Altice/PT Portugal/MEO, poderá trazer para o mercado, tornando-se um elemento diferenciador na estratégia global do grupo e consolidando o relacionamento com os clientes.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados da totalidade do prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 1.508.490 euros.

Factos relevantes ocorridos após a data de balanço

Não são conhecidos até à presente data quaisquer outros eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 5 do artigo 66º CSC, confirmamos que a Empresa não tem filiais e/ou sucursais, bem como qualquer parceira relevante, fora da atividade normal que mantém com as empresas do Grupo PT.

Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Lisboa, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,



Presidente

João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva

Vogal

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco



Vogal

Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

3
A
Z

Demonstrações Financeiras

PT PAY, S.A.

BALANÇO

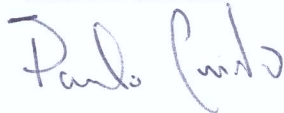
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

euros					
				2016	2015
	Notas	Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	6	121.471	(120.801)	670	24.637
Ativos intangíveis	7	3.967.094	(2.766.848)	1.200.246	1.680.398
Total do ativo não corrente		4.088.565	(2.887.649)	1.200.916	1.705.035
Ativo corrente					
Outros ativos	9, 10	4.132.148	(730.381)	3.401.767	3.531.396
Aplicações em instituições de crédito	4	660.000	-	660.000	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	3.591	-	3.591	-
Total do ativo corrente		4.795.739	(730.381)	4.065.358	3.531.396
Total do ativo		8.884.304	(3.618.030)	5.266.274	5.236.431

euros				
	Notas		2016	2015
PASSIVO				
Passivo corrente				
Provisões	10		7.793	16.542
Outros passivos	11		3.113.130	3.066.049
Total do passivo corrente			3.120.923	3.082.591
Total do passivo			3.120.923	3.082.591
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	12		3.500.000	3.500.000
Outros instrumentos de capital	12		5.000.000	3.500.000
Resultados transitados			(4.846.159)	(1.794.575)
Resultado líquido do exercício			(1.508.490)	(3.051.585)
Total do capital próprio			2.145.351	2.153.840
Total do capital próprio e do passivo			5.266.274	5.236.431

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



PT PAY, S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

		euros	
	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	13	876	154
Juros e encargos similares	13	(4.545)	(9.929)
Margem financeira		(3.669)	(9.775)
Rendimentos de serviços e comissões	14	1.158.310	573.785
Encargos com serviços e comissões	14	(992.182)	(519.291)
Resultados de reavaliação cambial		-	194
Outros resultados de exploração		(1.098)	(517)
Produto bancário		161.361	44.396
Custos com pessoal	15	(336.985)	(95.121)
Gastos gerais administrativos	16	(225.925)	(1.142.733)
Amortizações do exercício	17	(1.115.690)	(1.113.540)
Imparidades e provisões líquidas de reposições e anulações	9, 10	8.749	(744.587)
Prejuízo antes de impostos		(1.508.490)	(3.051.585)
Prejuízo apurado no exercício		(1.508.490)	(3.051.585)
Prejuízo por ação básico	19	(0,43)	(0,87)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



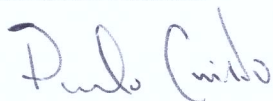
PT PAY, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

						euros
		Capital subscrito (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 12)	Resultados Transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
Posição em 31 de dezembro de 2014	A	3.500.000	-	(383.109)	(1.411.466)	1.705.425
Prejuízo líquido					(3.051.585)	(3.051.585)
Resultado integral	B					(3.051.585)
Operações com detentores de capital						
Realização de prestações acessórias		-	3.500.000	-	-	3.500.000
Aplicação de resultados		-	-	(1.411.466)	1.411.466	-
	C	-	3.500.000	(1.411.466)	1.411.466	3.500.000
Posição em 31 de dezembro de 2015	D=A+B+C	3.500.000	3.500.000	(1.794.575)	(3.051.585)	2.153.840
Prejuízo líquido					(1.508.490)	(1.508.490)
Resultado integral	E					(1.508.490)
Operações com detentores de capital						
Realização de prestações acessórias		-	1.500.000	-	-	1.500.000
Aplicação de resultados		-	-	(3.051.585)	3.051.585	-
	F	-	1.500.000	(3.051.585)	3.051.585	1.500.000
Posição em 31 de dezembro de 2016	G=D+E+F	3.500.000	5.000.000	(4.846.159)	(1.508.490)	2.145.351

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	euros	
	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	859.148	90.722
Pagamentos a fornecedores	(1.996.410)	(2.238.467)
Pagamentos ao pessoal	(378.184)	-
Caixa gerada pelas operações	(1.515.446)	(2.147.745)
Recebimentos de imposto sobre o rendimento, líquidos	38	6.217
Outros recebimentos, líquidos	1.365.150	268.552
Fluxos das atividades operacionais (1)	(150.258)	(1.872.976)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	62	115
	62	115
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	(148.308)
Ativos intangíveis	(719.243)	(2.219.466)
	(719.243)	(2.367.774)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(719.181)	(2.367.659)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	44.520	73.051
Recebimentos de outros instrumentos de capital	1.500.000	3.500.000
	1.544.520	3.573.051
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(11.490)	(943)
	(11.490)	(943)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	1.533.030	3.572.108
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	663.591	(668.527)
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	668.527
Caixa e seus equivalentes no fim do período	663.591	-



ÍNDICE

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Provisões
11. Outros passivos
12. Capital
13. Juros e rendimentos similares
14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
15. Custos com pessoal
16. Gastos gerais administrativos
17. Gastos de depreciação e amortização
18. Imposto sobre o rendimento
19. Resultado líquido por ação
20. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

PT PAY, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A PT PAY, S.A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A PT PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, bem como todas as operações necessárias para a gestão das contas de clientes. A MEO Wallet é um serviço da PT PAY, S.A., instituição de pagamento registada no Banco de Portugal sob o nº 8705.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual por sua vez era, em 31 de dezembro de 2016, integralmente detida pela Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal").

Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS"), até então empresa-mãe do Grupo PT em Portugal, subscreveu um aumento de capital da Oi, S.A. (operador de telecomunicações brasileiro) através da contribuição em espécie da totalidade da participação que detinha na PT Portugal (acionista único da PT PAY), incluindo todos os negócios em Portugal por esta detidos, nomeadamente o da PT PAY, pelo a partir dessa data a PT Portugal e, consequentemente, a PT PAY passaram a integrar o Grupo Oi.

Em 2 de junho de 2015, a Oi, S.A. concluiu a alienação da totalidade da participação na PT Portugal à Altice Portugal, entidade que faz parte do grupo Altice, um grupo que opera no setor de telecomunicações com presença essencialmente em França, nos Estados Unidos da América, em Israel, Republica Dominicana e Portugal. Consequentemente, a PT Portugal e todos os seus negócios em Portugal, nomeadamente o da PT PAY, foram integrados no Grupo Altice a partir da referida data.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de março de 2017, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A PT PAY utiliza nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA's correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existe a seguinte exceção com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa: os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

A PT Pay está a beneficiar do regime transitório (um ano) a iniciar em janeiro de 2017, relativo à obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme preconizado no art.º 3 do aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA's”) definidas pelo Banco de Portugal. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras nos pressupostos acima referidos, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Empresa concluiu que a Empresa dispõe de recursos financeiros adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3
A
B

Nos exercícios de 2016 e de 2015 a que respeitam as demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições das NCA's que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes e que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as NCA's.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem essencialmente licenças de utilização de *software* e gastos com o desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa, registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pelo mesmo e sejam fiavelmente mensuráveis.

3

As despesas com atividades de pesquisa são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica e económica do produto ou processo em desenvolvimento e a Empresa tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil dos ativos relativos a *software* e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos.

3.3. Imparidade de ativos

A Empresa efetua análises de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto de entre o preço de venda e o valor de uso.

O preço de venda é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o custo do capital e o risco específico do ativo.

3.4. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com o imposto diferido, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

A PT Portugal adotou o regime de consolidação fiscal em Portugal (conhecido como regime especial de tributação de grupos de sociedades), no âmbito do qual o imposto sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável de todas as empresas nas quais a PT Portugal detenha uma participação superior a 75% do capital social há mais de um ano, com referência à data em que se inicia a aplicação do regime, e que tenham sede em Portugal e estejam sujeitas a IRC. Este regime foi adotado pela PT Portugal a partir de 2014 (anteriormente, a sociedade dominante do RETGS era a PT SGPS), pelo que os valores de IRC estimado, deduzidos das retenções efetuadas por terceiros e dos pagamentos por conta, estão registados no balanço como contas a pagar à PT Portugal.

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.6. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.7. Provisões, obrigações e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulte de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa

procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem custos associados que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transações incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

3.9. Custo de empréstimos obtidos

Os custos e/ou encargos com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

3.10. Férias e subsídios de férias

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica “Credores por acréscimos de gastos”.

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor

3
A
B

presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

(b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) Continuação do apoio concedido pelo grupo PT Portugal à PT Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez

A PT PAY financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto do acionista. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo PT Portugal de continuar a apoiar a PT PAY.

3
A
R

(b) Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a desenvolvimentos e licenças de utilização de *software* que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes registados em 31 de dezembro de 2016 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

3.14. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito” são constituídas por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da PT Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício.

(a) Pagamentos ao pessoal

Em 2016, esta rubrica inclui pagamentos a pessoal cedido por outras empresas do Grupo. Até 2015 inclusive, as remunerações destes colaboradores eram suportadas e pagas diretamente pelas outras empresas do Grupo com as quais esses colaboradores tinham vínculo contratual.

(b) Recebimentos provenientes de outros instrumentos de capital

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta os montantes recebidos de 1.500.000 euros e 3.500.000 euros, respetivamente, pela realização de prestações acessórias por parte do acionista único PT Portugal (Nota 12).

(c) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica era composta por disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, nos montantes de 3.591 euros e 660.000 euros, respetivamente.

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Conforme referido na Nota 2, a empresa aplica as NCA's na preparação das suas demonstrações financeiras. Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas no exercício findo a 31 de dezembro de 2016, não se verificaram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram emitidas outras normas ou interpretações novas ou revistas que ainda não estejam em vigor, nem foram efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis respeitam essencialmente a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2016	2015
Valores brutos		
Saldo inicial	120.801	89.671
Transferências e abates	-	31.130
Outros movimentos	670	-
Saldo final	121.471	120.801
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial	96.164	35.151
Depreciações do exercício (Nota 17)	24.637	61.013
Saldo final	120.801	96.164
Valores líquidos	670	24.637

3

[Handwritten signature]

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

euros				
2016				
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	3.178.873	6.478	170.842	3.356.193
Aquisições	256.016	89.842	265.043	610.901
Saldo final	3.434.889	96.320	435.885	3.967.094
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.669.317	6.478	-	1.675.795
Amortizações do exercício (Nota 17)	1.062.688	28.365	-	1.091.053
Saldo final	2.732.005	34.843	-	2.766.848
Ativos intangíveis líquidos	702.884	61.477	435.885	1.200.246

euros				
2015				
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	1.565.426	6.478	1.012.499	2.584.403
Aquisições	659.459	-	170.790	830.249
Transferências	953.987	-	(985.117)	(31.130)
Outros movimentos	-	-	(27.330)	(27.330)
Saldo final	3.178.873	6.478	170.842	3.356.193
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	616.790	6.478	-	623.268
Amortizações do exercício (Nota 17)	1.052.527	-	-	1.052.527
Saldo final	1.669.317	6.478	-	1.675.795
Ativos intangíveis líquidos	1.509.556	-	170.842	1.680.398

Nos exercícios de 2016 e 2015, as adições respeitam essencialmente a gastos com desenvolvimento de *software* a aquisição de licenças de utilização de *software*, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao desenvolvimento da atividade da Empresa.

8. Partes relacionadas

8.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal à data de 31 de dezembro de

2016. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice foram consideradas como partes relacionadas da PT Pay.

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são conforme segue:

euros		
	2016	
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO")	1.170.565	276.562
PT Portugal	17	120.790
Altice Labs, S.A.	-	164.567
Outras empresas do Grupo	75	1.126
	1.170.657	563.044

euros		
	2015	
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO	501.694	1.206.356
PT Portugal	38	82.138
	501.732	1.288.493

Em 31 de dezembro de 2016, o elevado saldo de contas a receber da MEO respeita essencialmente à faturação dos serviços prestados ao cliente BPO Aquapor à MEO, a qual por sua vez efetua a faturação direta a este cliente, juntamente com outros serviços.

Em 31 de dezembro 2015, o elevado saldo de contas a pagar à MEO respeita essencialmente ao investimento realizado na aquisição de desenvolvimentos e licenças de utilização de *software* (Nota 7).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

euros				
	2016			
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais e administrativos (Nota 16)
MEO	-	750.492	(336.985)	(97.673)
Outras empresas	(3.748)	4.750	-	(4.920)
	(3.748)	755.241	(336.985)	(102.593)

	euros			
	2015			
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais e administrativos (Nota 16)
MEO	-	368.608	(95.121)	(828.067)
Outras empresas	(9.929)	3.056	-	201
	(9.929)	371.664	(95.121)	(827.867)

9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Outras disponibilidades sobre residentes (a)	1.913.450	1.467.725
Devedores e outras aplicações e outros rendimentos a receber (b)		
Imposto sobre o valor acrescentado	145.317	1.492.546
Outros devedores de rendimentos - Grupo (Nota 8)	1.109.938	351.173
Outros devedores de rendimentos - terceiros	49.456	-
Adiantamento a fornecedores de equipamentos e Chargeback (c)		
Equipamentos	728.045	728.045
Chargeback	15.969	13.578
Despesas com encargo diferido (d):		
Grupo (Nota 8)	60.718	150.559
Terceiros	28.338	-
Outros ativos	80.916	58.151
	4.132.148	4.261.777
Imparidade para adiantamentos a fornecedores de equipamento (c)	(730.381)	(730.381)
Total	3.401.767	3.531.396

- (a) Esta rubrica respeita ao valor disponível numa conta bancária da PT PAY, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderentes, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Notas 4 (a) e 11).
- (b) Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui valores a receber respeitantes a faturação emitida essencialmente à MEO. Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica inclui essencialmente IVA a recuperar, tendo sido solicitado um reembolso que foi recebido em 2016.
- (c) Em exercícios anteriores, foram efetuados adiantamentos para a aquisição de equipamentos, relativamente aos quais foram constituídas imparidades para fazer face à não recuperabilidade dos mesmos:

	euros	
	2016	2015
Saldo inicial	730.381	2.336
Aumentos (Nota 10)	-	728.045
Saldo final	730.381	730.381

- (d) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados à MEO, cujo serviço será prestado apenas no futuro, motivo pelo qual os respetivos gastos também serão reconhecidos apenas em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.170.657 euros e 501.732 euros, respetivamente (Nota 8).

10. Provisões líquidas de reposições e anulações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica respeita a contingências fiscais, tendo registado os seguintes movimentos:

	euros	
	2016	2015
Saldo inicial	16.542	-
Aumentos (a)	-	16.542
Diminuições	(8.749)	-
Saldo final	7.793	16.542

(a) Esta rubrica inclui um reforço de provisões para fazer face a contingências fiscais dos exercícios de 2013 a 2015.

11. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Credores por fornecimento de bens e serviços		
Fornecedores Grupo (nota 8)	379.472	1.102.150
Fornecedores - Terceiros	296.081	32.861
Cash Pooling - Grupo (Nota 8)	117.572	73.051
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	12.137	21.248
Outros passivos (a)		
Outros passivos correntes - Depósitos	1.958.375	1.499.005
Outros Credores - Grupo (Nota 8)	66.001	112.658
Outros Credores - Terceiros	283.494	225.075
	3.113.130	3.066.049

(a) Esta rubrica inclui montantes entregues pelos clientes à Empresa com vista a serem utilizados por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Notas 4 (a) e 9).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 563.044 euros e 1.288.493 euros, respetivamente (Nota 8).

12. Capital

12.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 3.500.000 euros, estando representado por 3.500.000 ações nominativas (Nota 19), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

12.2. Outros instrumentos de capital

Esta rubrica corresponde a prestações acessórias concedidas pela PT Portugal, as quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Nos termos da legislação aplicável, as mesmas só podem ser reembolsados por iniciativa da instituição e com o prévio acordo do Banco de Portugal, mas nunca antes de decorrido o prazo de cinco anos a contar da data da sua realização.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica ascende, respetivamente, a 5.000.000 euros e 3.500.000 euros, e reflete as realizações de prestações acessórias pelo acionista único nos montantes de 900.000 euros, 600.000 euros e 3.500.000 euros em dezembro de 2016, junho de 2016 e dezembro de 2015, respetivamente.

12.3. Aplicação de resultados

Em 2016, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 11 de maio, o resultado líquido negativo de 2015, no montante de 1.508.490 euros, foi integralmente transferido para a rubrica “Resultados Transitados”.

12.4. Fundos próprios

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, têm a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Fundos próprios totais	945.105	473.442
Requisitos de fundos próprios	225.513	12.587
Suficiência/ (Insuficiência) de fundos próprios	719.592	460.855

13. Juros e rendimentos similares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos a prazo	79	154
Outros juros (Nota 8)	797	-
	876	154
Juros e encargos similares suportados		
Outros juros e encargos similares (Nota 8)	(4.545)	(9.929)
	(4.545)	(9.929)

14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Rendimentos de serviços e comissões		
Empresas grupo (Nota 8)	755.241	371.664
Empresas não grupo	403.069	202.121
Encargos com serviços e comissões		
Empresas não grupo	(992.182)	(519.291)
	166.128	54.494

As rubricas de rendimentos e encargos com serviços e comissões refletem um acréscimo explicado essencialmente pelo serviço prestado aos Serviços Municipalizados de Águas.

15. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Remunerações		
Pessoal	271.656	76.450
Encargos sociais	60.494	17.424
Outros	4.835	1.247
	336.985	95.121

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente por outras empresas do Grupo PT Portugal, inseridas no Grupo Altice. Em 2016, a PT Pay passou a incorporar os custos com o pessoal que em 2015 estavam igualmente a ser suportados por outras empresas do Grupo PT Portugal. O número de pessoal em 2016 e 2015 foi de 10 pessoas.

16. Gastos gerais administrativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
	2016	2015
Serviços de suporte (a)	125.276	382.611
Auditoria e consultoria (b)	43.716	596.561
Conservação e reparação	36.603	33.838
Outros serviços e fornecimentos de terceiros	20.330	129.723
	225.925	1.142.733

- 
- (a) Inclui essencialmente gastos com serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center e com a gestão de recursos humanos, marketing, entre outros serviços de suporte.
- (b) Respeita à regularização de custos de operação, manutenção e cibersegurança faturados pela MEO, e inclui os custos com a auditoria financeira e as auditorias de branqueamento de capitais, de controlo interno e de pagamentos pela certificação dos sistemas de segurança de cartões de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos gerais administrativos” inclui transações com empresas do grupo, nos montantes de 102.593 euros e 827.867 euros, respetivamente (Nota 8).

17. Gastos de depreciação e amortização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Ativos intangíveis (Nota 7)	1.091.053	1.052.527
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	24.637	61.013
	1.115.690	1.113.540

18. Imposto sobre o rendimento

18.1. Enquadramento

Em 2016 e 2015, a Empresa foi tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21% acrescida de derrama municipal até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de derrama estadual, quando aplicável, cuja taxa é variável em função da matéria coletável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apurou prejuízo fiscal.

No cálculo dos resultados tributáveis, os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente são deduzidos ou acrescidos aos resultados contabilísticos.

Conforme anteriormente referido, a Empresa integra o RETGS adotado pela PT Portugal, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço, respetivamente, como contas a pagar e a receber da PT Portugal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

18.2. Reconciliação de taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como se segue:

	euros	
	2016	2015
Resultado antes de impostos	(1.508.490)	(3.051.585)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	(316.783)	(640.833)
Ajustamentos à colecta		
Diferenças permanentes (a)	(4.011)	160.769
Prejuízo fiscal apurado no âmbito do RETGS (b)	320.794	480.064
Imposto efetivo	-	-

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2016	2015
Perdas por imparidade sobre créditos a receber	(8.749)	728.045
Provisões para impostos (Nota 10)	-	16.542
Perdas de imparidade sobre ativos amortizáveis	(10.376)	20.754
Outras	23	226
	(19.101)	765.567
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	(4.011)	160.769

(b) Em 2016 e 2015, esta rubrica reflete os prejuízos fiscais apurados pela Empresa, de acordo com as disposições do Código do IRC. De acordo com a política fiscal definida pelo Grupo, os ganhos relativos à utilização de prejuízos fiscais no consolidado fiscal são registados apenas nas demonstrações financeiras da sociedade dominante, atualmente a PT Portugal.

19. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi calculado da seguinte forma:

	euros	
	2016	2015
Resultado líquido	(1.508.490)	(3.051.585)
Número de ações (Nota 12)	3.500.000	3.500.000
Resultado líquido por ação básico	(0,43)	(0,87)

Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

20. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Não são conhecidos até à presente data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

3
A
B



Relatório e Parecer do Fiscal Único



BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
F: +351 210 988 719

www.bakertilly.com.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
PT PAY, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PT PAY, S.A. (“Empresa”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Órgão de Gestão e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o ano findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão de 2016 preparado pelo Órgão de Gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não contém reservas ou ênfases, e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 11 de abril de 2017

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 447, 4150-389 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

Certificação Legal das Contas





BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
F: +351 210 988 719

www.bakertilly.com.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da PT PAY, S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.266.274 euros e um total de capital próprio de 2.145.351 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.508.490 euros, a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PT PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), definidas pelo Banco de Portugal (Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), definidas pelo Banco de Portugal; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 447, 4150-389 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

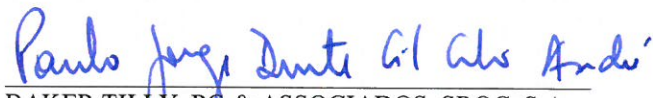
respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 11 de abril de 2017



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André